



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI N° 125/2025

AUTOR: Ver. Wilton Afonso Dias Soares

MATÉRIA: Concede Título Declaratório de Utilidade Pública à Associação de Amigos e Trabalhadores Rurais dos Moradores da Chapada do Sol.

I – RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 08/07/2025 com entrada na Sala das Comissões no dia 09/07/2025.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo conceder Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação de Amigos e Trabalhadores Rurais dos Moradores da Chapada do Sol, inscrita no CNPJ 55.436.854/0001-07, com sede na Fazenda Boqueirão, s/n, no Distrito de Santa Rosa de Lima, neste município de Montes Claros – CEP 39.413-000.

Nos termos do art. 4º do Estatuto, a referida associação, tem, entre outros objetivos, desenvolver projetos de assistência de combate a fome e a pobreza, proteção da saúde, da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice, promover projetos culturais, esportivos, de melhoria do emprego e da renda, na economia de subsistência.

O presente Projeto de Lei foi instruído com cópia de certidões emitidas pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o Estatuto Social da entidade; comprovante de inscrição e situação cadastral da Pessoa Jurídica; Atestado de Funcionamento; certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais e documentos pessoais do Presidente da associação.

Destaca-se que a Comissão se reuniu com representantes da Associação de Amigos e Trabalhadores Rurais dos Moradores da Chapada do Sol no dia 14 de agosto de 2025, para conhecer o trabalho desenvolvido pela entidade.

Desta forma, verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e atende os requisitos previstos em lei para concessão do título.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2025.

Presidente: Ver. José Marcos Martins de Freitas

Relator: Ver. Paulo César Landim Miranda

Suplente/Vice-Presidente: Ver. Aílton Soares dos Reis